

A EDUCAÇÃO, O TRABALHO E A EMANCIPAÇÃO HUMANA: UMA ANÁLISE
DAS PESQUISAS SOBRE O MST
Célia Regina **Vendramini** – UFSC
Agência Financiadora: CNPq

A EDUCAÇÃO, O TRABALHO E A EMANCIPAÇÃO HUMANA: UMA ANÁLISE DAS PESQUISAS SOBRE O MST

Introdução

Considero o Movimento Sem Terra muito importante para o futuro por uma característica particular. Eu escrevo muito sobre a necessidade de uma aliança substantiva, não formal, e o movimento é uma manifestação muito clara e importante dessa aliança, que é o futuro. (MESZÁROS, I. Cerimônia em sua homenagem na Escola Nacional Florestan Fernandes, nov. 2007)

Iniciamos este texto com a frase de Meszáros, a qual expressa o sentido que perseguimos em nossa análise, sobre a produção acadêmica a respeito do MST, com base no estudo de diferentes experiências desenvolvidas no interior de assentamentos de reforma agrária, que possam indicar elementos emancipadores para a construção de alternativas coletivas na produção da vida na atualidade.

Em nossa pesquisa, fizemos um levantamento das teses e dissertações sobre o MST disponíveis no Banco de Teses da Capes, no período de 1987 a 2006. Encontramos 443 trabalhos, sendo 356 Dissertações de Mestrado, destas 105 foram desenvolvidas na área da educação; e 87 Teses de Doutorado, das quais 31 são da área da educação. Observamos que há uma expressiva produção sobre este importante movimento na atualidade, que tem colocado desafios e problemáticas para a pesquisa em diferentes áreas do conhecimento, embora a concentração esteja nas Ciências Humanas.

Do conjunto dos trabalhos selecionamos os que abordam as questões do trabalho, das cooperativas e da educação, procurando analisar a relação que se estabelece entre a educação e a produção da vida, com base na concepção materialista histórico-dialética que orienta este trabalho, a qual compreende que os processos formativos constituem-se no âmbito das relações sociais, determinadas essencialmente pelo trabalho. Compreendemos, assim como Meszáros (2005), que a natureza da educação está vinculada ao destino do trabalho.

Com base na leitura dos resumos das produções, selecionamos 41 Dissertações de Mestrado e 17 Teses de Doutorado que versam sobre a educação, o trabalho e as cooperativas do MST, em diferentes áreas do conhecimento. Destes trabalhos, 8 dissertações e 8 teses foram desenvolvidas em programas de pós-graduação em educação.

No presente texto, nosso foco será a análise das dissertações e teses desenvolvidas na área da educação, que fazem uma interface com o trabalho, ainda que em alguns momentos estabeleçamos um diálogo com estudos de outras áreas do conhecimento. Problematizamos sobre o caráter emancipatório do MST observado nos estudos e a relação que se estabelece entre formação e trabalho.

A questão central que perpassa os trabalhos diz respeito à formação em sentido amplo, na sua relação com o processo histórico de produção da existência humana. Nesse sentido, o trabalho ganha o estatuto de categoria central. Ele se expressa nas formas de produção da vida e na sociabilidade nos assentamentos; na organização das cooperativas; na dimensão educativa do trabalho produtivo e organizativo; na organização do trabalho pedagógico nos cursos e escolas; nas cooperativas de estudantes; na formação para o trabalho e para a cooperação; na relação entre a pedagogia do MST e as relações de trabalho estabelecidas; na análise da consciência de classe dos sujeitos que constituem o MST, com base na sua capacidade de organização do trabalho; e no trabalho voluntário.

Com base na análise das dissertações e teses sobre trabalho, educação e cooperação no interior do MST, na área da educação, abordamos três aspectos: 1) a base teórica que sustenta os estudos e o seu campo de pesquisa; 2) o foco dado para a educação e a escola, especialmente no que se refere ao caráter institucionalizado e informal da educação; 3) a relação que se estabelece entre a educação, o trabalho e a emancipação humana.

Abordagem teórico-metodológica das pesquisas

Na maioria dos trabalhos, o referencial teórico tem como base o Materialismo Histórico Dialético e os estudos de Marx¹, com os seguintes objetivos: observar as contradições presentes nos assentamentos, nas cooperativas e nas escolas do MST;

¹ Souza (2007) na sua pesquisa sobre a produção acadêmica dos Programas de Pós-Graduação em Educação sobre o MST, nos últimos 20 anos, observa que Karl Marx é o segundo autor mais citado nos trabalhos, em primeiro lugar está José de Souza Martins, embasando as discussões sobre movimentos sociais do campo, na perspectiva sociológica.

analisar casos singulares que sejam a expressão da totalidade social; compreender a educação como expressão da materialidade social; contextualizar o MST e as experiências investigadas no interior das relações sociais capitalistas; trazer para o campo da educação os problemas concretos da realidade; olhar para a história como caminho para a compreensão dos fenômenos da atualidade. Há a intenção de apontar o embate entre o velho e o novo, identificando o que reproduz e o que emancipa na experiência do MST, compreendendo que a educação acontece nesse confronto de idéias e formas de organizar a vida e a própria escola.

Nas produções, Marx e Engels constituem a base para a análise do duplo caráter do trabalho nas atuais relações sociais, enquanto processo de humanização, forma pela qual os homens produzem a sua existência e enquanto exploração/alienação. Dois trabalhos (ARAÚJO, 2006 e SILVA, 2005) fizeram reflexões em torno da ontologia do ser social, com base em Lukács, no sentido de resgatar o trabalho como práxis social fundamental do processo de humanização dos homens, bem como formular uma crítica aos processos educativos vinculados à reprodução social do capital.

Os autores, em sua maioria, assumem a centralidade do trabalho como fundante da vida humana e das relações sociais, num momento em que se preconiza amplamente o fim da sociedade do trabalho, pressupondo o fim da sociedade do capital.

No que se refere à educação, busca-se em Marx e Engels a noção de formação unilateral, compreendendo o desenvolvimento integral do indivíduo, em todas as potencialidades e em todos os sentidos, pois “... o homem desenvolvido é precisamente aquele que tem necessidade da totalidade das manifestações da vida humana...” (MARX, 1978, apud MACHADO, 2003, p.115)

Em alguns estudos, observa-se a concepção do trabalho como princípio educativo. Menezes Neto (2001) procura a gênese da proposta relativa ao trabalho e à educação na proposição educativa do MST e a importância do trabalho como princípio educativo. Bonamigo (2007) defende uma concepção pedagógica que concebe o trabalho como princípio educativo e a educação como processo de formação humana em suas múltiplas dimensões. Na dissertação de mestrado (2001), o mesmo autor aponta o trabalho cooperativo como princípio educativo que atua na formação de sujeitos com identidade própria, nas suas trajetórias na Cooperativa pesquisada, combinadas com a história educativa do MST. Turcatto (2005) propõe-se a analisar a dimensão educativa do trabalho produtivo e organizativo construído coletivamente num assentamento e do

trabalho político organizativo desenvolvido pelo MST. Titton (2006) também discute o trabalho como princípio educativo.

Com outro enfoque, Dalmagro (2002), ao discutir o trabalho na pedagogia do MST, observa que a concepção predominante nos documentos é a idéia do trabalho como uma necessidade. Segundo a autora, antes de ser educativo ou não, o trabalho é necessário para o conjunto das pessoas que integram o MST. Por meio de pesquisa, indica que a formação humana decorrente do trabalho restringe-se às margens do modo capitalista e não é o elemento indicador de uma sociedade nova ou socialista.

“O trabalho no assentamento, ao mesmo tempo que busca livrar-se da exploração e alienação, ainda não consegue ser totalmente criativo, autogestionado e emancipador. O que de novo podemos observar no assentamento não reside no trabalho, mas na organização coletiva, que é a expressão do Movimento Sem Terra” (DALMAGRO, 2002a, p. 147). Percebe, assim, que a cooperação é educativa dos assentados para uma nova forma de vida, a qual vem sendo ensaiada / experimentada, na busca por relações humanas superiores às existentes no capitalismo.

Para a compreensão do trabalho como princípio educativo, há necessidade de aprofundamento sobre o sentido do próprio trabalho, em termos do trabalho abstrato na sua generalidade e na sua expressão concreta na atualidade, especificamente no trabalho que se desenvolve no espaço considerado rural e o trabalho coletivo desenvolvido nas experiências de cooperativas do MST. Muitas questões continuam demandando respostas: Em que consiste tal trabalho? Como a exploração está presente, ainda que não exista a figura do patrão? Como e quem se apropria do trabalho excedente? Quais as formas de assalariamento presentes nas relações de trabalho? Qual tecnologia é utilizada e em favor de quem? Qual o grau de autogestão nas cooperativas do MST?

Tais questões requerem a percepção, para além da aparência, do que é o campo hoje, como o capital se faz presente e como o trabalho a ele se conecta, além de identificar as fronteiras (ou a sua ausência) entre cidade e campo.

Dos 16 trabalhos analisados, apenas dois não optam por uma base marxista na sua análise. Souza (2006) compartilha da idéia de que o MST insere-se na luta de classes e que sua emergência se dá em função da contradição social básica do capitalismo: acumulação, concentração de renda e exploração. Mas entende que a complexidade do MST exige, do ponto de vista da análise, um diálogo entre perspectivas teóricas essencialmente diferentes. Para isso, toma como referência os estudos de: Melucci, Ghon, Touraine, Martins e Sherer-Warren.

O outro autor que não assume a base marxista é Jair Reck (2005), conforme sua tese de doutorado sobre a consciência política dos cooperados do MST. O referencial teórico utilizado fundamenta-se em autores que propiciam a compreensão da consciência individual na sua relação com o meio social, buscando recuperar um sentido da ação coletiva, por meio das categorias da consciência política dos sujeitos envolvidos.

Um último aspecto a ser tratado neste item sobre o método que orienta os trabalhos acadêmicos aqui analisados, refere-se ao campo onde as pesquisas foram realizadas.

A maior parte dos estudos sobre a relação trabalho e educação, nas diversas áreas do conhecimento² tem como campo de pesquisa cooperativas e assentamentos do MST, com predominância na região Sul do país e em São Paulo: 11 localizam-se em Santa Catarina, 9 no Paraná, 8 no Rio Grande do Sul, 6 em São Paulo, 3 na região Centro-Oeste e 4 no Nordeste. O assentamento mais pesquisado é o “Conquista na Fronteira”, em Dionísio Cerqueira/SC, com seis pesquisas, talvez por ser uma das experiências mais antigas e exemplares do MST em termos de coletivização total da terra, da produção e do trabalho.

A maioria dos assentamentos pesquisados conta com Cooperativas de Produção Agropecuária – CPA (19 no total) e outras experiências coletivas e cooperadas ou associativas. Seis pesquisas foram realizadas em cooperativas de comercialização e serviços. As CPAs organizam-se de forma plenamente coletiva, já as Cooperativas de Prestação de Serviços - CPS consistem em organizações maiores, cooperando especialmente na comercialização.

No caso das pesquisas em educação, as experiências investigadas são desenvolvidas em assentamentos e cooperativas (VENDRAMINI, 1997; SOUZA, 1999; BONAMIGO, 2001; DALMAGRO, 2002; RECK, 2005; TURCATTO, 2005 e ARAÚJO, 2006) e em escolas do MST: Escola Nacional Florestan Fernandes (SILVA, 2005); Instituto de Educação Josué de Castro, localizado no Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária - ITERRA (MENEZES NETO, 2001; LEANDRO, 2002); escolas agrícolas (RUSCHEL, 2001; MOHR, 2006); escolas de assentamento (VENDRAMINI, 1992; MACHADO, 2003; BONAMIGO, 2007); curso Pedagogia da Terra (TITTON, 2006).

² Aqui nos referimos a todos os trabalhos que abordam a relação trabalho, cooperação e educação e não apenas os da área da educação. São 17 teses de doutorado e 43 dissertações de mestrado.

Educação institucionalizada e informal

Nossas reflexões para esta análise sustentam-se nas produções de Meszáros, especialmente no conhecido livro “A educação para além do capital”, em que o autor compreende que a educação deve ser sempre continuada, permanente, ou não é educação.

O autor analisa a educação no sentido amplo, como o processo de “internalização” pelos indivíduos da legitimidade da posição que lhes foi atribuída na hierarquia social. As instituições formais de educação são uma parte importante do sistema global de internalização.

Nesta perspectiva, fica bastante claro que a educação formal não é a força ideologicamente *primária* que consolida o sistema do capital; tampouco ela é capaz de, *por si só*, fornecer uma alternativa emancipadora radical. Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. (MESZÁROS, 2005, p. 45)

Sendo assim, Meszáros defende a necessidade urgente de uma atividade de “contra-internalização”, coerente e sustentada, que não se esgote na negação. A esse respeito, põe em cena dois conceitos principais: “a universalização da educação e a universalização do trabalho como atividade humana auto-realizadora”. (2005, p.65)

Observamos pelas pesquisas que as práticas formativas desenvolvidas em espaços não institucionalizados têm um potencial emancipatório maior, por responderem fundamentalmente as necessidades e exigências do movimento social e por não estarem submetidas ao controle do Estado.

Considerando o Estado como de classe, como organismo essencial para manter a reprodução do capital, e considerando as instituições escolares como expressões mediadas pelo poder do Estado, avaliamos as contradições de um movimento social que busca romper com a legalidade institucionalizada, por meio da ocupação de terras e, ao mesmo tempo, luta pela incorporação nesses espaços de uma instituição de controle estatal, no caso as escolas da rede oficial de ensino.

Marx (1985) ajuda nesta reflexão ao questionar o programa do partido operário alemão, em relação ao Estado, especialmente no que se refere ao ensino público.

Uma *educação popular pelo Estado* é totalmente rejeitável. Determinar por uma lei geral os meios das escolas primárias, a qualificação do pessoal docente, os ramos de ensino, etc., e, como acontece nos Estados Unidos, supervisionar por inspetores do Estado o cumprimento destas prescrições legais, é algo totalmente diferente de nomear o Estado educador do povo! (...) inversamente, é o Estado que precisa de uma muito rude educação pelo povo. (p. 27).

Mesmo as pesquisas centradas na escola ampliam sua análise para o entorno da mesma e observam que a dinâmica escolar está diretamente vinculada ao movimento que ocorre no assentamento. Bonamigo (2007) analisa as práticas educativas da Escola 29 de Outubro, combinadas com as práticas sociais, especialmente em torno do trabalho em seus diversos níveis de cooperação. Portanto, compreende a escola com base numa estrutura material, a partir das relações produtivas, do trabalho.

Machado (2003) analisa o processo de organização do trabalho pedagógico nas escolas do MST do ponto de vista de sua elaboração e operacionalização, e dos avanços e dificuldades encontradas pelos sujeitos desse processo, procurando identificar na prática pedagógica cotidiana as categorias fundamentais de sustentação da proposta educativa do MST.

Vendramini (1992) analisa a proposta pedagógica do MST no contexto do projeto político e da organização coletiva de produção nos assentamentos do MST. Pela experiência dos assentados pesquisados, percebe uma dificuldade de implementar a proposta pedagógica do movimento. Ela está ainda situada nas questões mais gerais da educação, em termos de objetivos e princípios, dos fins a alcançar. Apesar das dificuldades, vê que a educação está conseguindo avançar onde há maior organização e nos assentamentos que têm uma base material produtiva coletiva.

Em sua tese de doutorado, a autora atribui uma importância maior à ação educativa informal e ao reconhecimento de diversas modalidades, situações, níveis e locais de aprendizagem. “Sabemos que a escola não tem o monopólio da educação, que essa ocorre também em outras situações educativas. Essa postura questiona as fronteiras tradicionais dos espaços de socialização e educação escolar e a valorização dos processos educativos não-formais e, muitas vezes, não-intencionais, que fazem parte da educação e na qual se integra o ensino escolar e a respectiva aprendizagem.” (VENDRAMINI, 2000, p.201)

Complementa, afirmando que:

Se, por um lado, o Movimento dos Sem Terra procura inovações e reforma no interior do sistema econômico e político existente, através de um ensino inovador, com seus claros limites para se constituir enquanto tal, por outro lado, constrói pela sua ação uma educação não formal, que pode resultar numa consciência de classe, fundamental para os movimentos que prosseguem na transformação estrutural da sociedade. (Idem, p.201)

Do conjunto das produções, predominam as que analisam outras práticas educativas não vinculadas à escola formal, ou cursos desenvolvidos pelo MST em suas escolas. Segundo Souza (2006), em termos de aprendizagem as práticas nos assentamentos possibilitam a formação continuada, técnica e política dos trabalhadores que participam dos coletivos de trabalho e das cooperativas. Nas cooperativas há investimento em conhecimentos técnicos, devido à necessidade de aprimoramento dos setores de produção. No que respeita ao conhecimento político, atualizam-se constantemente, por meio da participação em seminários e reuniões em que se analisa a conjuntura econômica e política do país. (p. 137)

Menezes Neto (2001 e 2003) analisa o projeto social, político, econômico e pedagógico do MST e compreende que a educação e a formação profissional tornam-se fundamentais para as lutas sócio-políticas do MST, pois além da importância da formação política crítica, forma gestores para as suas cooperativas.

Mohr (2006) observa que a preocupação do MST em relação à educação vai além da luta e conquista de escolas. Por meio de suas instâncias, o Movimento vem realizando debates e reflexões sobre o caráter dos cursos, no sentido de que os mesmos atendam aos interesses da organização. Os cursos definidos como estratégicos são aqueles que possam formar pessoas capazes de contribuir no processo organizativo da luta social e responder às necessidades colocadas pela vida nos acampamentos e assentamentos.

Por fim, Silva (2005) analisa a dimensão educativa do trabalho voluntário e do trabalho político-organizativo desenvolvido pelo MST. Considera que a formação é um dos princípios mais ativos do MST. A formação de militantes e de dirigentes é projetada no movimento dialético da prática político-organizativa e da teoria revolucionária, em seu sentido clássico, herança de Lênin.

Emancipação e educação

Em coerência com a concepção teórico-metodológica que os orienta, os trabalhos buscam investigar o que há de superior nas experiências estudadas e o que

reproduz as velhas relações sociais. O intuito é analisar os elementos práticos vivenciados nas cooperativas e escolas do MST, que apontem para a direção da emancipação humana.

Na contramão das perspectivas fatalistas que naturalizam as relações sociais e negam a historicidade do ser social, é que se encontra o legado histórico da perspectiva de emancipação humana com base em Marx. Emancipação que significa a inauguração de um patamar mais elevado da sociabilidade humana, na qual os indivíduos associados tenham se apropriado da totalidade das forças produtivas, reconhecendo-se como humanos e podendo desenvolver-se em sua completude. Nessa nova sociabilidade o indivíduo social não se encontra mais subjugado pelo tripé que sustenta as relações capitalistas: capital, trabalho alienado e Estado.

Frente à lógica destrutiva do capital, a emancipação humana é uma *necessidade histórica* e uma *possibilidade real*. Enquanto necessidade histórica é uma alternativa capaz de superar as forças destrutivas do capital, denominada por Mészáros (2006) de *alternativa radicalmente socialista*, a qual se articula com a materialidade atual e pressupõe a alteração significativa da sociedade. Sua possibilidade real demarca que a emancipação humana não se constrói a partir de idéias, mas a partir de condições dadas na realidade. Esta nova sociabilidade corresponde a um patamar mais elevado da humanidade, pois o ser social não será dominado por algo que lhe pareça alheio, externo.

As produções aqui analisadas, em especial as que se mantêm coerentes com a concepção materialista histórico-dialética, buscam compreender as contradições em que se move o MST, como um movimento que é fruto e expressão de uma sociedade de classes, sob controle do capital, mas que busca romper com ela e inaugurar, desde já, experiências fundadas na coletividade, na solidariedade, no associativismo e na autogestão. Procuraremos apresentar as contradições evidenciadas e dar destaque às conclusões a que chegam os autores a respeito do potencial emancipador das experiências (das escolas às cooperativas) em desenvolvimento no MST.

Dentre as categorias que emergiram da análise do trabalho pedagógico na escola pesquisada por Machado (2003), destacamos as que seguem:

Relação teoria-prática - tentam assegurá-la mediante o estudo de questões da realidade sem-terra e do país, porém, sem desdobramentos para atividades mais concretas que permitam uma aplicabilidade do conhecimento abordado

Educação e trabalho: as iniciativas estão voltadas mais para o chamado trabalho doméstico; na prática não conseguem estabelecer uma relação direta entre trabalho manual e intelectual, embora reconheçam a importância desses dois tipos de trabalho, mostrando essa visão aos alunos.

Auto-organização dos alunos/disciplina: os alunos têm espírito crítico e de luta, e alguns “ensaios” de ação coletiva, faltando aos professores amadurecerem a compreensão do significado dessa auto-organização para auxiliá-los nesse processo.

Tempo livre: Apesar de ser um elemento valorizado pela escola, esta não conseguiu ainda, articular ações mais abrangentes que extrapolem o espaço de recreação organizado no interior da própria escola. O trabalho livre da opressão e da alienação, como “reino da liberdade” comporta a valorização do tempo livre por todo o assentamento como forma de alterar as relações sociais de trabalho: viver dignamente significa ter tempo para o descanso, o lazer, o esporte, para “alimentar” a mente. (p.304)

Ruschel (2001), ao analisar a experiência da cooperativa dos estudantes da Escola Agrícola 25 de Maio, em Fraiburgo/SC e o projeto político e organizacional do MST, conclui que a cooperação entre os alunos está voltada para o trabalho, reduzindo a cooperação nas outras esferas da vida escolar. Entretanto, a cooperativa dos estudantes possibilita o aprendizado da autogestão, o diálogo, a crítica e autocrítica e a capacidade de identificar problemas e buscar soluções coletivamente. Além disso, ela tem se configurado como um espaço de vivência coletiva, formando os alunos para a atuação no movimento social.

Silva (2005), em sua tese de doutorado sobre o trabalho voluntário realizado pela base do MST na construção da Escola Nacional Florestan Fernandes - ENFF, observa que o sentido pedagógico deste trabalho é “o reconhecimento do objeto produzido como uma obra coletiva. Ou seja, os trabalhadores Sem Terra passam a se reconhecer no produto do trabalho a partir de uma dimensão real de apropriação coletiva, diferente do trabalho realizado nos acampamentos e assentamentos.” (p. 222)

Conclui que o trabalho voluntário na ENFF traz a realização de uma nova experiência de socialização no processo de trabalho e de apropriação do produto, como também o aprendizado profissional de novas técnicas, o aprendizado político do trabalho de base e o aprendizado social da cultura do coletivo. Entretanto, compreende que a mudança que se produz não elimina de todo a relação capital. A experiência de

trabalho voluntário na ENFF fortalece a compreensão dos trabalhadores no sentido de pertencimento a um projeto político que vai além da luta pela terra.

Araújo (2006) apresenta elementos do cotidiano da produção coletiva que expressa avanços e recuos em relação à coletividade, no sentido de identificar o que há de novo nos assentamentos do MST.

A sociabilidade em Santana (...) apresenta aspectos que a diferenciam da sociabilidade capitalista: a) os assentados não são assalariados; b) a produção mista contempla uma produção coletiva (embora de forma precária e reduzida) e individual; c) os frutos da produção coletiva são utilizados para a conservação da estrutura cooperativista do Assentamento e do patrimônio coletivo; c) a produção individual, da grande maioria está voltada para a satisfação das necessidades dos assentados e de sua família, embora uma minoria apresente uma visão empresarial privatista entrando no ramo do comércio de bens industrializados e comercializando parte do excedente dos próprios assentados e contratando força de trabalho paga para a realização de uma parcela considerável da sua atividade produtiva; d) os assentados exercem, de certa forma, um determinado controle sobre a distribuição e consumo da produção; e) o trabalhador planeja a sua atividade produtiva de acordo com os limites postos pela Assembléia de Assentados; f) a produção coletiva representa um importante suporte para a produção individual, principalmente quando garante o pagamento dos seus financiamentos; g) o excedente da produção, em geral, é apropriado pelo próprio trabalhador. (ARAÚJO, 2006, p. 211)

Reck (2005) observa que um dos maiores desafios da Cooperativa pesquisada é o rompimento com as formas culturais tradicionais, ou seja, a passagem da cultura individualista para a coletivista. Complementando a análise, Souza (2006) compreende que a cooperação, quando desenvolvida de forma burocrática e muito inovadora em relação aos padrões culturais dos assentados, tende a ser vista com estranhamento por eles. Defende a tese de que as formas de cooperação têm carecido do resgate do modo de vida rural e das diversas facetas identitárias dos trabalhadores. (p. 129).

Observa pelos documentos produzidos pelo MST e pelas experiências educativas, que a participação coletiva é uma forma de aprendizado da política. Seja nos núcleos, nas brigadas ou nos cursos técnicos, os participantes estão envolvidos no debate sobre a realidade camponesa. Assim, a educação que se pretende como formação humana ocorre na prática social. (SOUZA, 2006, p. 115)

Bonamigo (2001) analisa que com a criação da Cooperativa de Produção no assentamento pesquisado, esse espaço de sociabilização assumiu dimensões próprias, determinadas pela presença e convivência constantes entre as pessoas. Ao mesmo

tempo, os conflitos também tomam dimensões fortes, o que obriga os associados da cooperativa a enfrentarem os problemas interpessoais que surgem de forma coletiva.

O autor indica que a cooperativa onde fez a pesquisa é capaz de liberar três pessoas para o trabalho político do MST. Grade (1999) observa que o MST se mostra diferente nos assentamentos, ou melhor, expressa o germe do novo por meio da figura dos liberados.

De acordo com Dalmagro (2002a), os avanços na organização e realização do trabalho no assentamento garantem a superioridade da cooperação frente ao trabalho individual, porém, não configuram relações de trabalho novas. Os assentados sofrem a exploração dessa sociedade de diversas maneiras. Observa que a vida está em constante disputa, em movimento.

A autora percebe que a cooperação é educativa dos assentados para uma nova forma de vida: “se as relações ali vividas não se configuram como totalmente novas, também não são mera reprodução do velho.” (Idem, p.147)

Menezes Neto (2001) aponta o cooperativismo como uma possível alternativa econômica para os trabalhadores do campo, como uma das formas de resistência e de viabilidade, tanto do projeto político do MST como da viabilidade social e econômica dos camponeses. Considera, ainda, que a educação e a formação profissional tornam-se fundamentais para as lutas sócio-políticas do MST, pois além da importância da formação política crítica, forma gestores para as suas cooperativas.

Sob outro ponto de vista, Mhor (2006) percebe que além da qualificação técnica, outros aspectos são importantes para a continuidade do projeto do MST. Foi pela organização e reivindicação dos trabalhadores que foram conquistadas terra, créditos, políticas públicas, condições de trabalho e sobrevivência. Nesse sentido, a formação dos sujeitos por meio de cursos profissionalizantes faz-se necessária, mas não é capaz de “substituir” o caráter de luta que o MST tem assumido em suas décadas de existência.

Ruschel (2001) e Mhor (2006) avaliam as contradições entre os propósitos formativos e a base material de sustentação dos mesmos. O primeiro observa que o trabalho coletivo desenvolvido na escola estudada não encontra bases reais de sustentação, pois se limita à cooperação no interior da Cooperativa de Estudantes. A segunda percebe um direcionamento dos cursos do MST para a cooperação e para a agroecologia. Entretanto, essas matrizes, embora reconhecidas como importantes no processo de resistência, não são as que predominam nas relações produtivas dos

assentamentos, nos quais o que pesa é a necessidade de produzir para o mercado, seguindo a lógica do modelo atual de sociedade.

Visando ampliar a análise sobre as potencialidades emancipadoras das experiências do MST, trazemos para o debate mais três produções acadêmicas desenvolvidas em programas de pós-graduação de sociologia e geografia.

Sizannoski (1998) avalia que por si sós, sem o ideário do MST, as Cooperativas de Produção Agrícola configuram-se como empresas capitalistas. Suas possibilidades, enquanto organizações autogestionadas, dependem da presença e do lastro do movimento. A CPA não existe nela mesma, mas no interior do, e na relação com o Movimento, que faz com que seu caráter de instrumento de luta se sobreponha a objetivos meramente econômicos.

Ainda que se verifiquem muitos descompassos na experiência da cooperativa pesquisada por Sizannoski, seu cotidiano evidencia também a construção de uma outra subjetividade, por meio de uma materialidade que procura criar outra forma de relacionamento a que estavam acostumados: na negação da relação patrão x empregado, mediante a idéia de distribuição de sobras, e não de salário; na idéia de que o trabalho que gera riqueza, produzida pelos trabalhadores e não pelos que detém os meios de produção; na horizontalidade na tomada de decisões.

Martins (2004), militante do MST e mestre em ciências sociais, apresenta em sua dissertação de mestrado, as Comunidades de Resistência e Superação (CRS's) como possibilidade de correção da política do MST para os assentamentos, considerando os limites enfrentados até então. Tais comunidades pressupõem uma nova matriz de produção que implica em: substituição dos insumos industriais para a produção; diversificação das atividades de cultivos e criações; redefinição das relações de convivência com o ambiente; geração de produtos do trabalho e de processos de trabalho saudáveis.

O autor avalia que o MST está dando passos para a constituição das referidas CRSs ao radicalizar seus princípios organizativos, buscando se transformar em uma organização de massa (onde sua base social seja de fato incorporada às suas instâncias e participe efetivamente do movimento), ao implementar novos formatos de assentamento e ao assumir a agroecologia como um dos princípios articuladores do novo modelo agrícola.

Grade (1999) se reporta aos acampamentos do MST, como um espaço que parece engendrar homens que refletem outras relações sociais, a partir de uma base produtiva diferenciada, possibilitada pela solidariedade.

É nos acampamentos que o MST mostra a possibilidade de constituição de um novo homem. A busca pela sobrevivência e manutenção dos homens, neste espaço temporário, o impede de reproduzir a vida da forma conhecida, como trabalhador rural, e estrutura de modo diferente ao do capital, a base para a produção da sua existência. Refletem-se, deste modo, outras relações sociais, originadas de outra base material de produção. Essa base material, no acampamento, é a materialização do próprio movimento. Permeando e impedindo esse novo de mostrar-se em toda a sua rebeldia, possibilidade de expansão e afirmação, está a velha ordem vigente, o modo de produção capitalista que confirma e produz a existência de seres sociais, imposta pelo capital. (GRADE, 1999, p. 258)

Considerações finais

A análise sobre as produções a respeito do MST, no que se refere à relação educação, trabalho e cooperação, nos leva a refletir sobre dois aspectos: a produção do conhecimento acadêmico e as contradições de um movimento social que insiste em travar uma luta contra o capital. No primeiro aspecto, assinalamos a importância de pesquisas que se debruçam sobre as contradições da realidade, que buscam compreender a educação de forma contextualizada, considerando as formas históricas de produção material da vida e os desafios da atualidade.

No segundo aspecto, a visão ampla sobre um conjunto de trabalhos desenvolvidos em diversos assentamentos e escolas do MST no país, propiciou uma análise sobre a experiência que vem sendo construída pelo Movimento para a inauguração de novas formas de trabalho e de educação, ainda que permeadas por inúmeras contradições.

Vale ressaltar a necessidade de compreendermos na sua essência o momento histórico em que vivemos, buscando apreender o que há de novo na direção do que Harvey (2004) chama de “espaços de esperança”.

Bibliografia

- ARAÚJO, L. B. *Sociabilidade no assentamento rural de Santana: terra e trabalho na construção do ser social*. Fortaleza: UFC, 2006. Tese (Doutorado em Educação).
- BONAMIGO, C. A. *Pedagogias que brotam da terra: um estudo sobre práticas educativas do campo*. Porto Alegre, UFRGS, 2007. Tese (Doutorado em Educação).

- BONAMIGO, C. A. *O trabalho cooperativo como princípio educativo: a trajetória de uma cooperativa de produção agropecuária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Porto Alegre: UFRGS, 2001. Dissertação (Mestrado em Educação).
- BONAMIGO, C. A. *Pra mim foi uma escola... o princípio educativo do trabalho cooperativo*. 2.ed. Passo Fundo: UPF, 2002.
- DALMAGRO, S. L. *Trabalho, coletividade, conflitos e sonhos: a formação humana no Assentamento Conquista na Fronteira*. Florianópolis: UFSC, Dissertação em Educação, 2002.
- DALMAGRO, S. L. O trabalho na pedagogia do MST. In: VENDRAMINI, C. R. (Org.). *Educação em movimento na luta pela terra*. Florianópolis: NUP/CED, 2002a, p. 133-152.
- GRADE, M. *MST: luz e esperança de uma sociedade igualitária e socialista*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1999. (Dissertação de Mestrado em Geografia).
- HARVEY, D. *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola, 2004.
- LEANDRO, J. B. *Curso técnico em administração de cooperativas do MST: a concepção de educação e a influência na Fazenda Reunidas de Promissão/SP*. Campinas, UNICAMP, 2002. Dissertação (Mestrado em Educação).
- MACHADO, I. F. *A organização do trabalho pedagógico em uma escola do MST e a perspectiva de formação omnilateral*. Campinas, UNICAMP, 2003. Tese (Doutorado em Educação).
- MARTINS, A. F. G. *Potencialidades transformadoras dos Movimentos Camponeses no Brasil Contemporâneo: as comunidades de resistência no MST*. São Paulo, PUC, 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais).
- MARX, K. Crítica ao Programa de Gotha In: MARX, K; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. Lisboa: Edições “Avante!”; Moscovo: Edições Progresso, 1985, p. 5-30, Tomo III.
- MENEZES NETO, A. J. *Além da terra: cooperativismo e trabalho na educação do MST*. Rio de Janeiro: Quarter, 2003.
- MENEZES NETO, A. J. *Além da terra: a dimensão sociopolítica do projeto educativo do MST*. São Paulo, USP, Tese (Doutorado em Educação).
- MÉSZÁROS, I. *A Educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2006.

- MOHR, N. E. R. *Formação para o trabalho no contexto do MST*. Florianópolis, UFSC, 2006. Dissertação (Mestrado em Educação).
- RECK, J. *A consciência política dos cooperados do MST: o caso da COOPAC – Campo Verde*. Campinas, UNICAMP, 2005. Tese (Doutorado em Educação).
- RUSCHEL, V. B. *Cooperação e Trabalho na Escola do MST: a Cooperativa dos Estudantes da Escola agrícola de 1º grau 25 de maio*. Florianópolis, UFSC. Dissertação (Mestrado em Educação), 2001.
- RUSCHEL, V. B. *Pedagogia da organização coletiva: a cooperativa dos estudantes da Escola Agrícola 25 de maio*. In: VENDRAMINI, C. R. (Org.). *Educação em movimento na luta pela terra*. Florianópolis: NUP/CED, 2002, p. 111-131.
- SILVA, R. M. L. *A dialética do trabalho no MST*. Rio de Janeiro, UFF, 2005. Tese (Doutorado em Educação).
- SIZANNOSKI, R. *O Novo dentro do Velho: Cooperativas de Produção Agropecuária do MST* (Possibilidades e limites na construção de outro coletivo social). Florianópolis, UFSC – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, 1998. Dissertação
- SOUZA, M. A. *A pesquisa sobre a educação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nos programas de Pós-Graduação em Educação*. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, v. 12, n.36, p. 443- 461, set/dez 2007.
- SOUZA, M. A. *Educação e cooperação nos assentamentos do MST*. Ponta Grossa: UEPG, 2006.
- SOUZA, M. A. *As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST*. Campinas, UNICAMP, Faculdade de Educação, 1999. Tese (Doutorado em Educação).
- TITTON, M. *Organização do trabalho pedagógico na formação de professores do MST: realidade e possibilidades*. Salvador, UFBA, 2006. Dissertação (Mestrado em Educação).
- TURCATTO, S. M. *A pedagogia do trabalho coletivo no MST: limites e possibilidades do trabalho no assentamento Conquista na Fronteira*. Rio de Janeiro, UFF, 2005. Dissertação (Mestrado em Educação).
- VENDRAMINI, C. R. *Terra, Trabalho e Educação: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST*. Ijuí: Ed UNIJUÍ, 2000. (Coleção ciências sociais).
- VENDRAMINI, C. R. *Consciência de Classe e Experiências Sócio-Educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra*. São Carlos, UFSCAR, 1997. Tese (Doutorado em Educação).

VENDRAMINI, C. R. *Ocupar, resistir e produzir: um estudo da proposta pedagógica do Movimento dos Sem Terra*. São Carlos, UFSCAR, 1992. Dissertação (Mestrado em Educação).